

A cultura que se planeja

Cristiano da Silva Araújo

Mestrando em Arqueologia e Patrimônio Cultural – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Cachoeira, Bahia

 <https://orcid.org/0000-0003-2540-6034>

E-mail: cristianosa@ufrb.edu.br

Carlos Alberto Santos Costa

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Cachoeira, Bahia

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, Pernambuco

Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, Bahia

Bolsista – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

 <https://orcid.org/0000-0003-1204-322X>

E-mail: carloscosta@ufrb.edu.br



Resenha de:

DIAS, Caio Gonçalves. *A cultura que se planeja: políticas culturais, do Ministério da Cultura ao governo Bolsonaro*. Rio de Janeiro: Mórula, 2021. 296 p.

Texto recebido em: 20/12/2021

Texto aprovado em: 12/04/2022

“A cultura que se planeja: políticas culturais, do Ministério da Cultura ao Governo Bolsonaro”, de Caio Gonçalves Dias, nasce com potencial de se tornar um clássico e se insere no rol da literatura que aborda as discussões mais sérias sobre o Patrimônio Cultural no Brasil, tal como as obras “O patrimônio em processo”, de Maria Cecília Londres Fonseca (1ª edição em 1997, 2ª em 2005, 3ª em 2009 e 4ª em 2017), e “Os arquitetos da memória”, de Márcia Regina Romeiro Chuva (1ª edição em 2009 e 2ª em 2017). Trata-se de um texto com escrita crítica e com densidade e diversidade de dados e argumentos, cujo prefácio já denuncia que a Antropologia produzida no Brasil tem dado pouca atenção às políticas culturais e se tornado objeto de estudo de outras áreas, como História, Comunicação, Sociologia,

Economia etc.; além disso, o autor analisa e tece duras críticas sobre os investimentos estatais em ações culturais, os quais sempre estiveram afeitos às práticas de poder de uma elite. A partir de uma narrativa histórica e antropológica, detalhada em oito capítulos, a obra apresenta dados precisos e demonstra o devir das políticas culturais no âmbito do Estado brasileiro no último século, especificamente nas quatro últimas décadas.

O primeiro capítulo, “Institucionalização das políticas culturais no Brasil contemporâneo: a criação do Ministério da Cultura e a perspectiva para a cultura como direito”, traz uma análise profunda da criação do Ministério da Cultura (MinC) e da construção de políticas públicas culturais. A criação desse ministério supriria uma necessidade administrativa do Estado e serviria para a construção de uma nação democrática, bem como poderia ser compreendida como um ato que pudesse representar a passagem do Estado autoritário para a democracia. O autor afirma que no Brasil a dimensão cultural estava relacionada com o sentimento de nacionalidade, independência econômica e com questões de liberdade, uma vez que, ao se pensar em cultura, ideias como liberdade e democracia emergiam.

Outra ideia discutida pelo autor está relacionada com os aspectos legais para a implementação das políticas públicas culturais, uma vez que a Carta Magna de 1988 preconiza o dever de proteger e fomentar o patrimônio cultural. A cultura passou a ser compreendida como direito individualmente expresso. Dessa forma, caberia ao Estado garantir esse direito constitucional e efetivar as políticas de promoção do exercício, da valorização e da difusão da cultura em suas diferentes manifestações.

No segundo capítulo, intitulado “As leis de incentivo, a normalização do marketing cultural no Brasil e o fortalecimento do Ministério da Cultura”, Dias trabalha com as duas leis de incentivo à cultura elaboradas no âmbito federal do Brasil: a Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, batizada como Lei Sarney; e a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, mais conhecida como Lei Rouanet. Foi através dessas legislações que o MinC teve suas funções socialmente conhecidas. Em vários trechos, o autor repete intencionalmente que essas leis levaram a pasta a se estruturar de forma burocrático-administrativa.

Antes da Lei Sarney, na década de 70 do século XX, o próprio José Sarney, quando era Senador, propôs projetos para uma legislação que previsse investimentos privados em assuntos culturais por meio de renúncia fiscal. Entretanto, isso não se confunde com a nova fase inaugurada em 1986, que

promoveu fluxo de recursos e dinamizou a produção cultural no país. Apesar disso, essa nova fase sofreu críticas duras e negativas, que indicavam a Lei Sarney como caminho para a doação direta de recursos às produtoras e para a possibilidade de o produto cultural ser ofertado sem circulação pública. Esses aspectos seriam determinantes e exporiam a fragilidade do texto legal, também evidenciada na detecção de inúmeras fraudes, quando empresas obtiveram lucros exorbitantes através do apoio a projetos, promovendo falsas transações com dedução total de impostos por meio de operações fictícias.

Em 1990, no governo de Fernando Collor de Mello, a Lei Sarney foi extinta e, no ano seguinte, foi publicada a Lei Rouanet, que conformaria uma evolução do marco legal anterior. A mudança principal estaria relacionada com o controle mais efetivo sobre a utilização dos recursos, pois o direcionamento do financiamento era destinado ao projeto específico e não mais ao proponente. Nessa discussão, Dias acessou o conceito antropológico de cultura, acreditando ser esta o mecanismo utilizado pelo novo marco legal para salvaguardar os modos de criar, fazer e viver da sociedade brasileira. Nesse ponto, a principal crítica apontada pelo autor está relacionada ao volume de recursos investidos através de renúncia fiscal, que teve como consequência um quadro de desigualdade territorial no investimento cultural, levando os recursos a se concentrarem nas regiões mais ricas. Finaliza o capítulo observando a ausência de um plano cultural na política empresarial e advertindo que existe uma confusão entre as políticas de patrocínio e as políticas culturais. Para Dias, é preciso aproximar as empresas e a administração pública para que as ações de promoção cultural se tornem efetivas.

No terceiro capítulo, “Elaborações das políticas culturais pela administração pública: as proposições de ministro da cultura”, são apresentadas as atuações de três ex-ministros do MinC, que teriam consolidado o modelo de política cultural da Nova República: Celso Furtado (1986-1988), Francisco Weffort (1995-2002) e Gilberto Gil (2003-2008). O objetivo foi demonstrar as influências desses personagens na elaboração da política cultural oficial. De acordo com Dias, Furtado, que tinha a cultura como um processo acumulativo e sinérgico, teria elaborado uma estrutura administrativa para a cultura, enfrentando grande resistência da mídia, acerca da pertinência da existência do MinC num país com grande quantidade de pessoas famélicas. Por sua vez, Weffort seria o responsável pela implementação da Lei Rouanet, tendo como ponto central de sua política cultural a cidadania, a qual se alcançaria através de direitos básicos, como: lazer,

moradia, salário digno, alimentação, saúde etc. Por fim, Gil, que compreendia a cultura segundo a ótica de Geertz e, amparado por este conceito, tecia duras críticas aos outros modelos e conceitos tradicionais dessa noção e defendia que a cultura brasileira também é feita pelo povo, não por um punhado de pessoas que se julgam detentoras do sentido e do destino do país; sua grande contribuição seria a revisão da Lei Rouanet e, sobretudo, a política de descentralização e interiorização dos recursos públicos destinados à cultura, além de projetos como o Pontos de Cultura. Apesar de diferenças das atuações do três ex-ministros, o autor considera que a busca pela democratização do acesso aos bens e serviços culturais teria sido o foco comum das três gestões.

O quarto capítulo, “Os conceitos de políticas culturais e a produção de conhecimento institucionalizada”, trata de uma inovadora análise historiográfica sobre os processos de institucionalização das políticas culturais. A partir da observação das investigações no âmbito da pós-graduação, Dias empreendeu um esforço de sistematização da produção intelectual sobre o tema, para compreender a definição do termo “política cultural”, o qual se encontra polarizado em dois focos: de um lado, trabalhos que o compreendem como uma ciência que disporia sobre as formas de organização da cultura; e, de outro, as políticas culturais estariam associadas a temas como modos de vida, gênero, estilos de sociabilidade, sexualidade, diversidade cultural etc.

Em “Reflexões sobre ‘Estado’ e cultura no Brasil nos anos 1980”, caracterizado como o quinto capítulo, Dias discute as diferentes abordagens da relação entre Estado e cultura, buscando compreender as especificidades das noções de cultura e de política cultural na contemporaneidade, ao mapear as experiências de política cultural ao longo da história. Dias analisou meticulosamente textos publicados no seminário “Estado e Cultura no Brasil - Anos 70”. Como resultado, constatou que a maioria dos autores tinha formação doutoral e se encontrava em posições hierárquicas privilegiadas, o que levou o autor a entender que as políticas culturais dos anos 1960 e 1970 do século XX tinham um caráter controlador e autoritário e eram formuladas pela classe dominante; além disso, as suas ações se limitavam à proteção dos prédios e monumentos. Em contraponto a esse cenário, o final dos anos 70 e o início dos 80 foram marcados pela militância intelectual de personalidades como Martin Cezar Feijó, que criticava o autoritarismo, lutava contra a ideologia dominante e defendia uma revolução no campo cultural, por acreditar que as políticas culturais deveriam valorizar os traços

próprios e autênticos dos contextos regionais e ser marcadas pelo binômio educação-cultura como promotor da integridade do homem e para o desenvolvimento nacional. Em síntese, as diferentes perspectivas para as políticas culturais desse período distanciariam as políticas culturais da cultura.

O sexto capítulo, “As políticas culturais como políticas públicas de cultura”, constitui-se de uma análise sobre os avanços da gestão de Gilberto Gil e das leis de incentivo. Segundo Dias, a partir dos anos 2000, a noção de “política cultural” passou a ser acessada de forma recorrente, quando as políticas públicas viabilizaram o debate e a aproximação entre administração pública, Estado e cultura. É nesse contexto de construção de uma política pública de cultura que o ministério de Gil se torna um marco, por buscar patamares de democratização do acesso a recursos, incluindo diferentes manifestações culturais e valorizando a diversidade cultural. Ao Estado, caberia assegurar a fruição das manifestações culturais por meio do apoio público e da popularização.

O sétimo capítulo, “Historicizações, teorias do Brasil e noções de cultura”, é construído com base na análise dos processos históricos das políticas culturais no Brasil a partir dos anos 1930. Para Caio, a reconstrução histórica é utilizada para delimitar o alcance possível das políticas públicas culturais. Aqui a historicização é compreendida como uma ferramenta metodológica que permite localizar as práticas desejáveis e corrigir os possíveis problemas, vislumbrando a possibilidade de um exame de si mesmo. No esteio dessa observação, o autor destaca a necessidade da criação de um planejamento efetivo das políticas culturais como estratégia de sair da dependência de “heróis” da cultura, como teriam sido Mário de Andrade, Aloísio Magalhães e Gilberto Gil. O argumento central deste capítulo é que as concepções de políticas culturais estariam assentadas no fato de o senso-comum intelectual ter forjado um sentimento de nação brasileira sem conhecer os “brasis”, a diversidade que conforma o país a partir de suas múltiplas manifestações culturais. A consequência mais direta disso seria a geração de processos de exclusão social e a transformação da cultura num imperativo para a produção de desigualdades.

O oitavo e último capítulo é intitulado “Desmonte: política cultural e ultraneoliberalismo, de Michel Temer a Jair Bolsonaro”. É, do nosso ponto de vista, o mais impactante de todos os capítulos que compõem a obra. Trata-se, efetivamente, de uma denúncia, na qual Dias detalha as manobras políticas dos governos de direita para suplantação do Ministério da Cultura (Minc). Um dos esforços do autor foi identificar e classificar a atuação do governo Bolsonaro no

“desmonte” do campo cultural (destruição das políticas culturais no plano federal). Tais esforços se caracterizam pela estratégia de desmoralização dos profissionais desse campo, associando-os a receptores de supostos privilégios, caricaturados como “mamatas”, de relação da produção cultural a afrontas a questões morais e da desqualificação de escolas e universidades públicas. São exemplos do desastre desse governo o rebaixamento do *status* do Ministério da Cultura para Secretaria da Cultura associada ao Ministério do Turismo e o fato de, em apenas dezoito meses, terem assumido por ali cinco secretários, inclusive indivíduos judicialmente impedidos, levando a uma enorme crise nacional no setor.

Outras frentes importantes de desmonte da cultura no plano federal ocorrem através da ocupação de autarquias importantes por quadros de profissionais desqualificados, como ocorreu na Agência Nacional do Cinema (ANCINE), no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e na Fundação Cultural Palmares (FCP), que hoje estão sucateadas e esquecidas como instrumentos da e para a cidadania. Ao final, fica a certeza de que o governo bolsonarista não enxerga a cultura como um campo de atuação democrática do Estado, de forma que as políticas culturais não constituem um nicho para investimento de recursos públicos. Assim, a atuação no campo da cultural objetiva desarticular as ações democráticas do Estado.

Como se pode ver, a obra “A cultura que se planeja: políticas culturais, do Ministério da Cultura ao Governo Bolsonaro”, de Caio Gonçalves Dias, constitui um relevante e profundo contributo ao campo das políticas culturais, sendo essencial para a compreensão do *continuum* histórico que permitiu a construção desse campo e, contraditoriamente, os estratagemas acessados na contemporaneidade para desmontá-lo. Por tudo que foi apresentado, recomendamos fortemente a leitura!

REFERÊNCIAS

CHOAY, Françoise. *O patrimônio em questão: antologia para um combate*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro Chuva. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural do Brasil, 1930 a 1940*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2009.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ; MinC; IPHAN, 1997.

Cristiano da Silva Araújo é Mestrando em Arqueologia e Patrimônio Cultural e Graduado em Museologia pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Museólogo da UFRB.

Carlos Alberto Santos Costa é Professor do Bacharelado em Museologia e do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Também é Professor do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e do Programa de Pós-Graduação em Museologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Graduado em Museologia pela UFBA, Mestre em Arqueologia pela UFPE, Doutor em Arqueologia pela Universidade de Coimbra, em Portugal, e Estágio Pós-Doutoral no Programa de Pós-Graduação em Desenho, Cultura e Interatividade pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Bolsista de Produtividade em Pesquisa – nível 2 – do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Como citar:

ARAÚJO, Cristiano da Silva; COSTA, Carlos Alberto Santos. A cultura que se planeja. *Patrimônio e Memória*, Assis, SP, v. 18, n. 1, p. 493-499, jan./jun. 2022. Disponível em: pem.assis.unesp.br. Resenha de: DIAS, Caio Gonçalves. *A cultura que se planeja: políticas culturais, do Ministério da Cultura ao governo Bolsonaro*. Rio de Janeiro: Mórula, 2021.